



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

### **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 14 E 15 DE ABRIL DE 2016**

1 Nos dias 14 e 15 de abril de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º  
2 andar, do Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-  
3 DF, foi realizada a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos  
4 – CNDH, com seguintes pontos de pauta: apresentação da nova Coordenadora-Geral do  
5 CNDH, relato sobre as Comissões Permanentes do CNDH, relato sobre a missão do  
6 Grupo de Trabalho indígenas na Região Sul, informe sobre a reunião com o Conselho  
7 Nacional de Procuradores-Gerais sobre o PL 4471/2012 (autos de resistência), informe  
8 da Mesa Diretora sobre o acompanhamento do caso Paraná/MST pelo conselheiro Darci  
9 Frigo, 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, definição dos Palestrantes,  
10 definição dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho, informe sobre Facilitadores/as e  
11 Relatores/as, definição de Critérios para participação de Observadores/as, pleito sobre  
12 Delegados/as CNDI, pleito sobre Delegados/as CNCD/LGBT, pleito sobre  
13 Delegados/as CONANDA, apresentação e discussão do Caderno de propostas, análise  
14 de Conjuntura/Ato da sociedade civil, apresentação da FLASCO sobre participação de  
15 facilitadores e coordenadores na Conferência, encerramento. Estiveram presentes na  
16 Reunião Plenária os seguintes conselheiros e conselheiras: Ivana Farina Navarrete Pena  
17 (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da  
18 União - CNPG, titular); Cristian Ribas (ENEGRECER); Everaldo Bezerra Patriota  
19 (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Carlos Magno Silva Fonseca (Associação  
20 Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT); Leonildo  
21 José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular);  
22 Maria Madalena Nobre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down-  
23 FBASD, suplente); Sandra Carvalho (Justiça Global, Suplente), Helena Martins do  
24 Rego Barreto (Intervozes); Lurdinha Nunes (Movimento Nacional de Direitos Humanos  
25 – MNDH, titular), Adelar Cupsinski (CIMI, titular), Maria Dirlene Nobre (Rede  
26 Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – RNFS,  
27 tutular), Jandyra Massue Uehara Alves (CUT); Secretário Rogério Sottili (Secretário da  
28 Secretaria Especial dos Direitos Humanos), Paulo Roberto Maldos (Secretaria Especial  
29 de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH, suplente), Thiago Almeida  
30 Garcia (Secretaria Especial de Direitos Humanos –SEDH, suplente); Pedro Saldanha  
31 (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); Aurélio Virgílio Rios  
32 (Procuradoria Geral da República, suplente); Luciana Lóssio (Conselho Nacional de  
33 Justiça - CNJ, titular); Vera Silvia Facciolla Paiva (Conselho Federal de Psicologia –



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

CFP). Estiveram também presentes representantes da Secretaria Executiva do CNDH Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH); Cláudio Picanço Magalhães (assessor do CNDH) e demais participantes - Luiz Soares Luz (CUT), Bruna Lóssio (CNJ), Laura Guedes de Souza (SAL/MJ), Danielle Vieira (DPU), Joelda Nery (MNDH) Igor Valois (PFDC/MPF), Fernanda Reis (SDH), Mariana Carpanezzi (SDH) e Maria Isabel da Silva (Flacso). Ausências Justificadas: Ministério da Justiça; Plataforma Dhesca-Brasil. A Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos-CNDH fez a abertura da reunião e destacou, que conforme deliberação da reunião anterior, a 16ª Reunião Ordinária teria como pauta única a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com objetivo de resolver todas as pendências de organização do evento que será realizado de 27 a 29 de abril de 2016. A coordenadora do CNDH Renata Studart apresentou-se aos conselheiros, disse ter orgulho de estar exercendo o cargo, em defesa da participação social, e que sua gestão terá foco na transparência e visibilidade dos trabalhos do Conselho. O Presidente do CNDH, Secretário Rogério Sottili disse que para ele foi emblemática a reação da coordenadora Renata que demonstrou felicidade ao ser convidada para exercer o cargo no CNDH e uma grande disponibilidade em contribuir. A conselheira Sandra Carvalho informou que foi solicitada uma missão à Rondônia na primeira semana de maio de 2016. A Coordenadora Geral do CNHD Renata Studart informou que a demanda será enviada ao Gabinete da SDH, mas que inicialmente a prioridade seria a realização da missão do GT indígenas da Região Sul. O conselheiro Leonildo Monteiro informou a necessidade do envio dos ofícios ao Governador do Paraná, ao Secretário de Segurança Pública e ao Procurador-Geral. O conselheiro lembrou também do pedido de realização em junho de um curso de capacitação aos defensores que trabalham com a pauta da população em situação de rua. A Coordenadora do CNDH Renata Studart informou que já está com a minuta do ofício, enviado pelo representante da DPU Claudionor Leitão. A minuta estava direcionada apenas para o governador, mas será ajustada para o envio aos demais. A Vice-presidente do CNDH Ivana Farina fez o relato da reunião com o CNPG. As conselheiras e os conselheiros discorreram sobre a importância do papel dos Ministérios Públicos nessa pauta, relataram a falta de controle externo da polícia e casos relacionados à morte de civis em confronto com a polícia. O relato sobre o acompanhamento do caso Paraná/MST foi feito pela Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Juliana Bueno. O acompanhamento teve a presença da Senadora Gleisi Hoffman e o apoio do Ministério da Justiça. Esse apoio garantiu o acompanhamento da Polícia Federal. A Força Nacional também foi acionada por conta do clima tensão na cidade. O conselheiro Darci Frigo acompanhou a liberação dos corpos e há uma dúvida no laudo pericial. A narrativa dos atingidos é que houve uma emboscada de policiais aos representantes do MST. Disse que os jornais locais diziam que o MST irá vingar a morte, o que incitava o clima de violência. A área, pertencente à União foi grilada pela fazenda Araupel, que agora pede a mediação do estado para a



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

74 resolução do conflito. O Presidente do CNDH Rogério Sottili propôs ao Plenário que  
75 seja elaborada uma Resolução com a indicação de conselheiros e conselheiras para o  
76 acompanhamento do caso. O conselheiro Adelar Cupsinski e a relatora Erica Yamada.  
77 Fizeram o relato sobre a missão do Grupo de Trabalho Indígenas na Região Sul A  
78 próxima missão será realizada nos dias 28 de março a 1º de abril – missão à terra roxa.  
79 Foram relatados os pronunciamentos dos deputados Luis Carlos Heinze e Alceu  
80 Moreira que incitam o aumento da violência contra a população indígena da região  
81 Sul. A violência passa também pela repressão ao comércio dos artesanatos indígenas. A  
82 conselheira Helena Martins sugeriu que o relatório da missão deva pedir que seja  
83 garantido o direito de respostas nas rádios da região que incitam a violência contra os  
84 indígenas. A representante da APIN-SUL Rosane, informou que encaminhou ao CNDH  
85 para as devidas providências uma nota contra a CPI da FUNAI e os inquéritos policiais  
86 contra lideranças indígenas. Disse que o Deputado Alceu Moreira providenciou  
87 diligências no território Campo do Meio, com o apoio da Polícia Federal, no estado do  
88 Rio Grande do Sul, promovendo violência à comunidade de Candoia. Foi proposto que  
89 o Secretário Rogério Sottili realize uma audiência com o Ministro da Justiça, Eugênio  
90 Aragão, e com o Ministro do STF Edson Fachin, com participação do Grupo de  
91 Trabalho. Serão realizadas duas novas missões do GT nos meses de maio e junho, e o  
92 relatório será apresentado em junho. O conselheiro Aurélio Rios solicitou inclusão de  
93 um ponto de pauta sobre a situação de Belo Monte, por se tratar de um tema urgente, e  
94 houve consenso do Plenário. O conselheiro lembrou que o CNDH emitiu recomendação  
95 de que a obra não fosse liberada para o funcionamento sem o atendimento das  
96 condicionantes. Disse que agora que foi liberada, a empresa não tem tido interesse em  
97 atender as condicionantes. Em seguida, leu o parecer da procuradora Thais Santi, sobre  
98 a situação atual de Belo Monte. Os órgãos do governo continuam não respondendo as  
99 recomendações contidas no parecer do CNDH, delegando para a Norte Energia a  
100 exclusividade de execução das condicionantes, sem a participação governamental. O  
101 conselheiro Thiago Garcia disse que a questão mais crítica tem sido as recomendações  
102 aos direitos dos ribeirinhos. Disse que um grupo de trabalho governamental foi criado,  
103 mas que a execução das ações não seguiu as recomendações, sendo a negociação das  
104 indenizações realizadas de forma individual e não coletiva, bem como a não  
105 manutenção do modo de vida da população. Além disso, não foi realizado um processo  
106 de cadastramento que incluísse toda a população atingida. Os conflitos têm acontecido  
107 entre os próprios ribeirinhos na negociação das ilhas. O conselheiro Aurélio defendeu  
108 que o Conselho emita uma censura ao IBAMA pela liberação do funcionamento da  
109 hidrelétrica sem o atendimento das condicionantes. Foi definida uma data para a  
110 realização da missão à Belo Monte. A proposta seria na primeira semana de junho. Foi  
111 solicitada uma reunião do Secretário Rogério Sottili com a Secretaria de Governo e a  
112 PFDC para tratar da questão de Belo Monte. Será elaborada pelo GT de Belo Monte  
113 uma representação junto Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF,



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

114 Marcos Marcelo Goulart, sobre a prática de ato de improbidade administrativa do  
115 IBAMA. Será analisado pelo Grupo de Trabalho sobre Belo Monte a possibilidade de  
116 ser aberto um processo apuratório de conduta e contrária aos direitos humanos pelo  
117 CNDH. A proposta do GT será apresenta na próxima reunião ordinária. A Reunião  
118 Plenária tratou em seguida das definições para a **12ª Conferência Nacional dos**  
119 **Direitos Humanos.**A Vice-presidente do CNDH Ivana Farina sugeriu que os painéis  
120 deveriam ter representantes da sociedade civil e do poder público, inclusive da  
121 academia e o mediador seria um conselheiro do CNDH. A conselheira Helena Martins  
122 sugeriu que no conjunto das mesas fosse garantida a diversidade de gênero, de etnia e  
123 que fossem pessoas que falassem pra fora e que não fosse uma fala do governo de forma  
124 a garantir uma maior tranquilidade nos trabalhos. A coordenadora-Geral do CNDH  
125 Renata Studart leu os nomes sugeridos pela Comissão Organizadora e em seguida  
126 apresentou uma proposta de palestrantes do CNDH. Serão três painéis que irão  
127 acontecer simultaneamente. Sugestões: Denise Dora, Paulo Sérgio Pinheiro, Leonardo  
128 Sakamoto, Ângela Guimarães, Débora Duprat, Maria Tereza, Marlon Reis, Keila  
129 Simpson, Luma Nogueira, Ricardo Tadeu, Almir Sader, Sônia Guajajara, Clair Castilho,  
130 Lúcia Xavier, Jessé de Souza, Douglas Belchior e Marlon Reis.A divisão proposta foi a  
131 seguinte: **Painel Democracia** – Palestrantes: Leonardo Sakamoto, Paulo Sérgio  
132 Pinheiro, Keila Simpson e Clair Castilho (suplente). Coordenadora: Maria Dirlene.  
133 **Painel Justiça** – Palestrantes: Debora Duprat, Ângela Guimarães, Marlon Reis e  
134 Douglas Belchior (suplente). Coordenador: Everaldo Patriota. **Painel – Igualdade** –  
135 Palestrantes: Luma Nogueira, Ricardo Tadeu e Sônia Guajajara. Coordenadora: Helena  
136 Martins.A Vice-Presidente, Ivana Farina, informou que, conforme definição do Comitê  
137 Executivo, as/os coordenadoras e coordenadores dos Grupos de Trabalho devem ser  
138 conselheiras e conselheiros do Conselho, sendo um/a representante da sociedade civil e  
139 um/a do poder público. O Plenário definiu que a Coordenação-Geral iria consultar a  
140 disponibilidade dos/as representantes do poder público e as vacâncias poderiam ser  
141 preenchidas por servidoras e servidores da SDH com conhecimento do tema do GT. Em  
142 relação aos/as representantes da sociedade civil, as conselheiras e os conselheiros se  
143 dividiram nos GTs e, para completar o quadro, decidiram convidar dois representantes  
144 da sociedade civil de Estado. A definição das coordenadoras e coordenadores da  
145 sociedade civil foi: Eixo I - Afirmação e fortalecimento da democracia; Subeixo I:  
146 Participação política - GT 1 -Paulo Victor Purificação Melo (chefe de delegação de  
147 Sergipe); Subeixo II: Controle social das políticas públicas de direitos humanos - GT 2  
148 - Darci Frigo; Subeixo III: Liberdade de expressão e direito à comunicação - GT 3 -  
149 Helena Martins do Rêgo Barreto; Subeixo IV: Educação em direitos humanos -  
150 GT 4 - Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes; Subeixo V: Pacto federativo e  
151 responsabilidades institucionais - GT 5 - Everaldo Bezerra Patriota; Eixo II - Garantia e  
152 universalização de direitos; Subeixo I: Sistema Nacional de Direitos Humanos para  
153 implementação da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

3) - GT 6 - Paulo Cesar Carbonari (chefe de delegação do Rio Grande do Sul); Subeixo II: Enfrentamento da violência motivada por diferenças de gênero, raça ou etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero e situação de vulnerabilidade - GT 7 - Carlos Magno Silva Fonseca; Subeixo III: Enfrentamento ao extermínio da juventude negra - GT 8 - Cristian Trindade Ribas; Subeixo IV: Enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais e defesa dos direitos dos defensores de direitos humanos - GT 9 - Sandra Elias de Carvalho; Subeixo V: Memória, verdade e justiça - GT 10 - Vera Silva Facciolla Paiva; Eixo III – Promoção e consolidação da igualdade: Subeixo I: Desenvolvimento e direitos humanos - GT 11 - Maria Dirlene Trindade Marques; Subeixo II: Compromissos institucionais com as políticas de reparação, ações afirmativas e promoção da igualdade - GT 12 - Leonildo José Monteiro Filho/ Maria Madalena Nobre; Subeixo III: Promoção dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais - GT 13 - Adelar Cupsinski; Subeixo IV: Estratégias de mobilização e promoção dos direitos humanos - GT 14 - Ivana Farina Navarrete Pena. Foi informado que a abertura da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos irá contar com a presença da Presidenta da República Dilma Rousseff, da Ministra Nilma Lino Gomes, do Secretário Rogério Sottili e de representantes da Sociedade Civil. Existe uma proposta da SDH que os ministros anteriores da SDH poderão participar da abertura e haverá a possibilidade de fala. A conselheira Lurdinha informou que recebeu mais de 700 pedidos de participação de observadores. Disse que como as vagas dos delegados natos não estarão todas preenchidas seria importante que essas vagas fossem transferidas para os observadores. Disse que há pedidos de participação de membros do Ministério Público e outros representantes da sociedade civil. A Vice-presidente do CNDH Ivana Farina disse que a proposta inicial era de 2 observadores por subeixo, totalizando 28 pessoas. Em seguida, fez o relato das entidades que solicitaram vagas como observadores, entre elas, a OAB, o CONDEGE, o MNDH e a Aldeia Infantis. A coordenadora do CNDH Renata Studart informou que devido à quebra do número de delegados natos que não irão comparecer, é possível a participação de 84 observadores, não mais 28. Foi definido que os observadores terão a participação de estudiosos do tema, participantes de entidades de direitos humanos e parlamentares. Foi lida a lista dos observadores que irão participar da Conferência. A presidente do CNDH relatou os casos das definições dos delegados das temáticas das conferências da pessoa idosa e da Criança e do Adolescente. No caso do CNDI foram reservadas, dentro da cota de delegados das temáticas, vagas para os suplentes conselheiros do CNDI. No caso do CONANDA, foram escolhidos os membros do GT 38 como delegados das temáticas da Criança e Adolescente. O Conselho LGBT solicitou que os seus suplentes possam participar como observadores. O CNDH deliberou que não seja acatado o modo de participação dos delegados das temáticas que virão do CNDI e da Criança e Adolescente, pois ferem o Regulamento Interno da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Foi apresentado no Plenário o caso da representante quilombola que



## **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

**Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.**

**CEP: 70.308-200 – Brasília/DF**

**(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: [cndh@sdh.gov.br](mailto:cndh@sdh.gov.br)**

194 teria sido excluída como delegada no processo conferencial no estado do Rio de Janeiro.  
195 O conselheiro Cristian Ribas disse que os delegados foram eleitos previamente nas  
196 municipais e nas regionais e que durante a aprovação do regimento da estadual tinha a  
197 definição de delegados natos estaduais. Foi realizado o contato com o Conselho do  
198 Estado do Rio. O conselheiro Cristian Ribas disse que fez o contato com a delegada e  
199 que existem 3 eleitos que não foram cadastrados como delegados. Foi solicitado que a  
200 representante do estado do Rio enviasse os nomes para as substituições dos delegados.  
201 A denúncia é que delegados do poder público foram colocados como representantes da  
202 sociedade civil, retirando delegados legalmente eleitos. A Facilitadora Maria Isabel,  
203 contratada pela FLACSO apresentou como será o fluxo dos trabalhos nos Grupos de  
204 Trabalho de acordo com o Regimento Interno da Conferência, como, por exemplo, a  
205 votação dos destaques, questões de ordem e questões de esclarecimento. Não havendo  
206 mais pontos de pauta a serem tratados, a Vice-Presidente do CNDH Ivana Farina  
207 encerrou a 15ª Reunião Ordinária.